

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESFERA DA ONU: POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM PERSPECTIVA INTERNACIONAL

Joseane Maisa dos Reis (PIBIC/CNPq/FA/Uem), Roger Domenech Colacios (Orientador), e-mail: rdcolacios@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Humanas, Letras e Arte/ Maringá, PR.

Ciências Humanas/ Educação

Palavras-chave: Educação, desenvolvimento sustentável, programas da ONU.

Resumo:

Este artigo de iniciação científica, trata-se de uma análise das propostas e programas atuais de educação ambiental da Organização das Nações Unidas. As referências teóricas para a construção do estudo foram: Marcos Reigota, Isabel de Moura Carvalho, Moacir Gadotti, entre outros. Enquanto aspecto metodológico temos a utilização da perspectiva da educação ambiental crítica, também na formação de sujeito ecológico e o materialismo histórico-dialético, já na parte técnica, foi feita a pesquisa bibliográfica.

Introdução

Esta pesquisa foi desenvolvida no âmbito da iniciação científica, tem como objetivo geral compreender a proposta da Organização das Nações Unidas (ONU) para a educação ambiental. Os objetivos específicos são identificar os programas da ONU que estão em vigência; analisar as teorias educacionais desta instituição; e investigar os processos envolvidos na relação entre desenvolvimento sustentável e educação ambiental nos programas da ONU.

Para o alcance do objetivo geral foram realizados levantamentos bibliográficos, leituras, fichamentos, coletas de fontes primárias e secundárias, análise das fontes, reuniões com o orientador, participação em reuniões científicas, elaboração e entrega do relatório de pesquisa parcial. Contendo o recorte temporal de 1972 a 2015.

Este relatório foi dividido em três partes. Primeiramente, iniciamos o texto abordando os materiais e métodos, que contém os conceitos educacionais referente ao campo da educação ambiental. Na sequência, identificamos os programas que atuam na educação da ONU. E por último, ainda neste tópico, foi abordado o vínculo entre a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Materiais e métodos

Essa pesquisa é de caráter qualitativa, bibliográfica e documental. A metodologia de investigação segue a perspectiva da educação ambiental crítica e na formação do sujeito ecológico. Conforme Reigota, ao definir a educação ambiental como educação política, está afirmando que o prioritário na educação ambiental são as relações políticas, sociais, econômicas e culturais entre a natureza e a humanidade. Se comprometendo com aumento da cidadania, autonomia, liberdade e na intervenção dos cidadãos e cidadãs à procura de soluções que concedam a convivência digna para o bem comum (REIGOTA, 2012).

Já Carvalho, define o sujeito ecológico:

Pode-se definir o sujeito ecológico como um projeto identitário [...] Neste sentido, enquanto uma identidade narrativa ambientalmente orientada, o sujeito ecológico seria aquele tipo ideal capaz de encarnar os dilemas societários, éticos e estéticos configurados pela crise societária em sua tradução contracultural; tributário de um projeto de sociedade socialmente emancipada e ambientalmente sustentável” (CARVALHO, 2005, p. 6).

A metodologia de análise escolhida é o materialismo histórico-dialético. Segundo Luca, Lagazzi e Sorrentino (2016), o modo de produção capitalista funda suas relações baseado na noção de igualdade entre pobres e ricos, de liberdade, que reforça a noção de “individualização da culpabilidade”.

O capitalismo, sendo o modo de produção atual, tem como processo, então, a individuação do sujeito, que não é psicológica, mas política. E tem no Estado um espaço institucionalizado e significado pelo poder como espaço onde os sujeitos se inscrevem, nos trazendo uma outra perspectiva desta territorialidade de cidadãos[...]Espaço gerenciado, espaço significado pela relação com o poder (LUCA; LAGAZZI; SORRENTINO, 2016, p. 169).

Os autores destacam, ainda, que é de fundamental importância a noção de “sujeito político”, “democracia” e “educação ambiental”, fortalecendo a ideia de liberdade dos cidadãos e autonomia.

Resultados e Discussão

Em 1972, foi realizada em Estocolmo, a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. Para Reigota (2012), esta reunião teve como objetivo educar os cidadãos para solucionar os problemas ambientais. Posteriormente a Estocolmo/72, ocorreu a reunião Tbilisi, em 1977. Neste contexto, a Educação Ambiental é orientada para as relações da sociedade com a natureza, ou seja, deve ser reconhecida como uma educação para todos. Porém, só em 1997 que o tema regressou com vigor na Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade, Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade, em Tessalônica, que foi realizada pela Unesco. Segundo Gadotti “Em Tessalônica, já se falava da importância de introduzir o conceito de sustentabilidade na reorientação da

educação formal, na mudança do padrão de produção e de consumo e na adoção de estilos de vida sustentáveis” (GADOTTI, 2008, p. 21).

Dez anos depois de Estocolmo, houve a criação da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em Nairóbi, levando em consideração a atividade econômica e a questão ambiental. Em 1987, tornou-se público o relatório *Nosso Futuro Comum*, conhecido também como Relatório Brundtland, que foi liderado pela diplomata Gro Harlem Brundtland. Onde surgiu pela primeira vez o termo desenvolvimento sustentável:

Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 49).

O desenvolvimento sustentável foi consagrado decisivamente na Rio-92. A partir disso, a educação ambiental foi completamente atrelada aos princípios do desenvolvimento sustentável, ou seja, é uma educação voltada às necessidades econômicas. A sua maior repercussão foi a Agenda 21, abrangendo um conjunto de objetivos e propostas para reverter o processo de degradação do meio ambiente (GADOTTI, 2008).

A Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, foi realizada em Johannesburgo, em 2002. Mais conhecida como Rio+10 e tinha como objetivo avaliar as aplicações e os progressos das diretrizes estipuladas (REIGOTA, 2012).

Em Nova York no ano de 2015, ocorreu uma Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente denominada “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” ou Agenda 2030. Contendo dezessete objetivos de desenvolvimento sustentável e cento e sessenta e nove metas para os próximos quinze anos (GOELLNER, 2017).

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), segundo *Nosso Futuro Comum* (1991) é a principal fonte de coleta, avaliação e divulgação de dados sobre o meio ambiente, o fundamental defensor e agente de mudança e de cooperação internacional no tocante a questões críticas relativas à proteção dos recursos naturais e do meio ambiente.

A Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), tem a responsabilidade sobre a divulgação dessa nova perspectiva educativa, particularmente para a questão ambiental, e realizou vários seminários, procurando estabelecer seus fundamentos (REIGOTA, 2012).

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) vem trabalhando com o conceito de “desenvolvimento humano sustentável”, que amplia e enfatiza as várias dimensões necessárias para o desenvolvimento de um povo, sociedade ou agrupamento humano, abrangendo não só o crescimento econômico e a sustentabilidade ambiental, mas também a erradicação da pobreza etc. elementos que são considerados, por muitos especialistas na área ambiental, como fatores importantes na promoção de um “modo de vida sustentável”, tal como encontramos Na Carta da Terra (GADOTTI, 2008).

Conclusões

A análise revela que, há décadas, vem surgindo novas conferências, com o objetivo de educar as pessoas visando uma outra relação com o meio ambiente. Uma educação baseada em crenças tradicionais ou até mesmo propagadas pela convencionalidade. Com o tempo essa educação foi ligada ao desenvolvimento sustentável, ou seja, unida com as necessidades econômicas. Não bastando isso, muitos autores trazem o desenvolvimento sustentável como sendo um conhecimento tecnicista e individualista. De toda a forma, necessitamos, tendo em vista os problemas atuais, de uma educação ambiental crítica e emancipatória.

Agradecimentos

Agradeço a Universidade Estadual de Maringá e ao CNPq por ter me proporcionado a oportunidade de realizar essa pesquisa, que foi de fundamental importância para o meu crescimento tanto pessoal quanto profissional. E também sou grata ao meu orientador Roger Colacios, pela a paciência, dedicação e por ter me auxiliado nesse projeto.

Referências

CARVALHO, I. C. M. A invenção do sujeito ecológico: identidades e subjetividade na formação dos educadores ambientais. In: SATO, M. & CARVALHO, I. C. M. (orgs) **Educação Ambiental**; pesquisa e desafios. Porto Alegre, Artmed, 2005.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1991.

GADOTTI, M. **Educar para a sustentabilidade: Uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008. (Série Unifreire; 2).

GOELLNER, A. S. **Ação Antrópica e meio ambiente- Sustentabilidade discutida a partir da ONU**. 2017 Trabalho de conclusão de curso (Graduação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas. Curso de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2017.

LUCA, A. Q.; LAGAZZI, M.; SORRENTINO, M. **Um olhar político para a educação ambiental do Programa Nacional De Educação Ambiental (ProNEA)**. *Revista Rua*, Campinas, n. 22, v. 1, p. 151-174. jun. 2016.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.